

Quando o Brasil foi credor

O GLOBO

JOSÉ LOPES DE OLIVEIRA

23 NOV 1990

Ao término da Segunda Grande Guerra (1939-1945), o Brasil não somente apresentava uma dívida externa bastante reduzida graças aos esquemas Aranha e Souza Costa, como ainda era detentor de expressivos saldos em moeda estrangeira, acumulados pela queda das importações durante aquele conflito.

Éramos então um País credor. E credor em divisas fortes, pois entre as nações financiadas pelos nossos saldos se achava a Inglaterra, que se defrontava com graves dificuldades econômicas causadas pela guerra. Ao procurar o Brasil mobilizar tais recursos externos para encetar a recuperação e renovação de seu parque fabril, eis que se deparou com uma dramática decisão inglesa: o bloqueio de nossas divisas em libras. No caso, a liberação delas não tinha prazo e só seria admitida, em princípio, para nacionalização de investimentos ingleses em nosso território (quase todos obsoletos), liquidação antecipada e ao par de apólices desvalorizadas da antiga dívida externa brasileira etc. Em outras palavras, mais do que uma moratória, a decisão da Inglaterra significava sub-repício confisco parcial de nossas poupanças em libras, tudo em nome do esforço comum de guerra e do sacrifício britânico na vitória contra o nazismo.

Diante dessa deliberação unilateral, o Governo brasileiro resolveu enviar à Inglaterra, no início de 1947, o mais alto dirigente da Superintendência da Moeda e do Crédito, hoje Banco

Central, com a missão de tentar obter das autoridades britânicas melhores condições de liberação de nossas reservas em libras e amenizar o confisco virtual a que estavam sujeitas.

Após exaustivas negociações, o emissário brasileiro, José Vieira Machado, mais tarde interinamente Ministro da Fazenda do Governo Dutra, viu frustradas as pretensões brasileiras, diante a postura irredutível do Governo inglês. Inconformado, nosso representante desabafou sua frustração em carta que, a 6 de abril de 1947, endereçou a um seu amigo e companheiro de responsabilidades administrativas (o original dessa carta se acha em poder do Centro Cultural do Banco do Brasil).

Vale a pena trazer a público passagens dessa carta, pelo raro subsídio que representam, sobretudo neste difícil transe por que passa nossa economia, vitimada pelo inchaço do endividamento externo ocorrido a partir de meados da década de 70 em razão da "guerra" dos preços do petróleo e seus violentos efeitos colaterais, entre eles a alta dos juros internacionais. São principalmente esses os estragos que agora o Brasil procura neutralizar ou atenuar por meio de atípico esquema de reestruturação e reajustamento daquela vultosa dívida, aparentemente sem reduções ou confiscos dos capitais que nos emprestaram. Ou seja, sob muitos aspectos semelhante ao esquema inglês aplicado ao Brasil e a outras nações logo depois da Segunda Grande Guerra.

Essa a contribuição mais valiosa de Vieira Machado, isto é, a revelação sem peias de como se comportaram nossos atuais credores no dia em que se acharam na rara condição inversa de devedores. A esse respeito, registra a carta que o Governo inglês também propôs ao Brasil e demais nações credoras "verdadeira moratória, pretendendo pagar 10% em quatro anos e ajustar o saldo, depois desse período, dentro das possibilidades do país". Depois de ressaltar que sofrêramos "um tremendo bluff" ao adquirir as libras bloqueadas, eis o desabafo final daquele nosso emissário: "Imagina você o Brasil, pequeno e sem recursos, emprestar dinheiro à Inglaterra a juro de 1/2%, quando o que toma emprestado paga 4% e às vezes mais. E muito ingrata a minha missão e não faltará quem atribua (o fracasso) à insuficiência do encarregado das negociações".

Os fatos aqui narrados, eventualmente úteis aos que criticam, apóiam ou são responsáveis pelo atual esquema de renegociação de nossa dívida externa, confirmam o que o Ministro Oswaldo Aranha, experiente no assunto, confienciava aos seus mais chegados: "Dívida externa não se negocia; colocam-se sobre a mesa os fatos consumados". Com competência, autoridade e grandeza de objetivos nacionais e internacionais, é claro.